

## **Desigualdades em tempos de pandemia da COVID-19: o caso das trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis do Distrito Federal**

*Inequalities in times of COVID-19 pandemic: the case of workers who recycle waste pickers in the Federal District*

*Desigualdades en tiempos de la pandemia del COVID-19: el caso de las trabajadoras recolectoras de materiales reciclables en el Distrito Federal*

*Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos<sup>1</sup>  
Bruna Carvalho Barros Rosa Nobre<sup>2</sup>  
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti<sup>3</sup>*

*Recebido em: 04/05/2021  
Aceito em: 14/09/2021*

### **Resumo**

As mulheres catadoras de materiais recicláveis mostram maneiras potentes de cuidado na lida cotidiana referentes às implicações da pandemia do novo coronavírus. Este artigo tem como objetivo principal compreender as implicações e os dilemas vividos pelas trabalhadoras em um momento de crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 na periferia urbana de Ceilândia, no Distrito Federal. A partir de uma abordagem etnográfica, acompanhamos a realidade comunitária dessas mulheres quando elas nos mostraram uma lida

1 Doutorando em Ciências e Tecnologias em Saúde na Universidade de Brasília (UnB) e Professor de Saúde Coletiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Águas Lindas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9404426667726025>. E-mail: [vasconcelosjpr@gmail.com](mailto:vasconcelosjpr@gmail.com).

2 Especialista em Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz Fiocruz/Brasília. Graduada em Saúde Coletiva pela UnB. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6460469267144245>. E-mail: [brunarnobre@gmail.com](mailto:brunarnobre@gmail.com)

3 Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB e Professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6400809887186849>. E-mail: [izabel.zaneti@yahoo.com](mailto:izabel.zaneti@yahoo.com)

complexa em meio a marcas das insuficientes políticas públicas e a violência por parte do Estado nas camadas populares. Essas mulheres vêm produzindo práticas autogestadas da luta coletiva e do protagonismo comunitário. Acionaram redes comunitárias de apoio social nos territórios, buscando minimizar os efeitos provocados pelas dificuldades já existentes e atualmente mais comprometidas em virtude da pandemia da COVID-19. Ao mesmo tempo, essas práticas são uma denúncia às violações que estão sofrendo.

**Palavras-chave: COVID-19, Desigualdade Social, Catadoras de Materiais Recicláveis.**

### **Abstract**

Women who recyclable waste pickers show potent ways of caring in their daily lives regarding the implications of the pandemic of the new coronavirus. This article has as main objective to understand the implications and dilemmas experienced these workers in a moment of sanitary crisis caused by the pandemic of COVID-19. They live in the urban periphery of Ceilândia, in the Federal District. From an ethnography perspective, we followed the community reality of these women when they showed us a complex deal in the midst of marks of insufficient lack of assistance in public policies and violence by the State in the popular strata. These women have been producing self-managed practices of collective struggle and community protagonism. They triggered community social support networks in the territories, seeking to minimize the effects caused by the difficulties that already exist and are currently more compromised due to the pandemic of COVID-19. At the same time, these practices are a denunciation of the violations they are suffering.

**Keyword: COVID-19, Social Inequality, Recyclable Waste Pickers.**

### **Resumen**

Las mujeres que recolectan materiales reciclables muestran potentes formas de cuidar en su vida diaria con respecto a las implicaciones de la nueva pandemia de coronavirus. Este artículo tiene como principal objetivo comprender las implicaciones y los dilemas que viven las trabajadoras en un momento de crisis sanitaria provocada por la pandemia del COVID-19 en la periferia urbana de Ceilândia, en el Distrito Federal. Desde un enfoque etnográfico, seguimos la realidad comunitaria de estas mujeres cuando nos mostraron un trato complejo en medio de marcas de insuficiente desasistencia en políticas públicas y violencia por parte del Estado en los estratos populares. Estas mujeres vienen produciendo prácticas autogestionadas de lucha colectiva y protagonismo

comunitario. Activaron redes de apoyo social comunitario en los territorios, buscando minimizar los efectos provocados por las dificultades que ya existen y que actualmente están más comprometidas por la pandemia del COVID-19. Al mismo tiempo, estas prácticas son una denuncia de las violaciones que están sufriendo.

**Palabras clave: COVID-19, Desigualdad Social, Recolectores de Materiales Reciclables.**

## **1. Introdução: mulheres, catadoras e a pandemia da COVID-19**

Este artigo resulta da convivência que estabelecemos ao longo da pandemia da Corona Virus Disease 2019 (COVID-19) com mulheres catadoras de materiais recicláveis no território da cidade de Ceilândia no Distrito Federal (DF). Essas mulheres vivem e trabalham em uma “periferia” do DF, onde seu território é marcado pela falta de serviços e políticas públicas e é exposto pela violência, principalmente a estatal. Os vários grupos sociais que vivem e transformam esse território, questionam interpretações estigmatizantes de suas vidas. No cotidiano da pandemia, acompanhamos a forma como essas mulheres viveram e sentiram a proteção social do Estado; as transformações que o novo coronavírus provocou em suas vidas e no trabalho; e as estratégias de cuidado empregadas para lidar com as novas circunstâncias diante da crise sanitária.

Durante a minha trajetória acadêmica<sup>1</sup>, estive inserido em diferentes oportunidades de interação com essas trabalhadoras, nas quais ouvi as histórias de vida e as acompanhei no trabalho diário. Desde 2011, por meio de ações de extensão na Universidade de Brasília e de experiências na iniciação científica, imergi nas questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente. Nesse sentido, a minha motivação e o meu interesse por este tema de pesquisa, se

aprofundaram mais intensamente a partir do meu estudo feito no mestrado sobre o cotidiano das catadoras. Tendo estado presente nesta cena desde a graduação, passando pelo mestrado e, agora, finalizando o doutorado, elas sempre cobraram minha participação em ações que desenvolviam.

Em pesquisa anterior, realizada recentemente, e contando com a participação das outras autoras deste artigo, buscamos<sup>2</sup> investigar a vulnerabilização dessas mulheres a partir das opressões sofridas e da precariedade da vida e do trabalho a que estavam submetidas quando comparadas aos homens catadores. Elas são a maioria expressiva na associação que acompanhamos, a CATAGUAR, que será apresentada mais adiante, bem como na realidade nacional da categoria. E elas se colocaram como principais interlocutoras e acabaram por desenhar os contornos dessa pesquisa, assim, fizemos a escolha por apresentar a perspectiva dessas mulheres. Essas mulheres são, em sua maioria, negras; essa questão racial soma-se às condições sociais inerentes à ocupação de catadoras e à opressão de gênero. A deflagração da pandemia da COVID-19 no território da Ceilândia, cidade da periferia do Distrito Federal (DF), explicitou a violência estatal na garantia de direitos dessas mulheres e causou uma emergência de ações que elas desencadearam e que acompanhamos e apoiamos.

As reflexões deste artigo resultam da interação que estabelecemos com as catadoras vinculadas à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis do Guará (Cataguar<sup>3</sup>), localizada na cidade de Ceilândia. Atualmente, a Cataguar conta com sessenta e nove associadas (40 mulheres e 29 homens). Dezoito dessas mulheres trabalham em um galpão de triagem, no período diurno (07h às 15h); as demais, no turno noturno (22h às 06h), em atividades desenvolvidas em uma usina de reciclagem e compostagem. O ambiente de trabalho é cedido

pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e todo o espaço é de responsabilidade do mesmo. Assim, por meio de um contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes (governo, empresa terceirizada de gestão dos resíduos sólidos e associações), as catadoras se responsabilizam por uma parcela significativa, ou a mais importante, referente à gestão dos resíduos sólidos no território do DF.

No Distrito Federal, há vinte e duas cooperativas associadas à Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis do DF (CENTCOOP), sendo que essa região abarca 11% das catadoras de todo o Brasil<sup>4</sup>. A Cataguar atualmente exerce o trabalho na Usina de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos do bairro P Sul, denominada pelos órgãos oficiais de Usina de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia (UTMB – Ceilândia). Inaugurada em 1987, a UTMB é considerada como a segunda maior usina central de tratamento de lixo do mundo, custando ao governo do DF, na época, 12 milhões de reais. A Usina é administrada pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU), instância governamental autárquica do DF, cuja finalidades são a gestão da limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos urbanos. Após a seleção e o recolhimento dos materiais recicláveis oriundo do trabalho inicial realizado nas esteiras da Usina, no período noturno, esses materiais são destinados ao galpão de triagem de materiais recicláveis, onde são separados, triados e depois comercializados. Assim, juntamente com os órgãos governamentais, as catadoras são atoras importantes e essenciais para a efetividade da logística reversa. Em 2018, foi fechado o maior “lixão a céu aberto” da América Latina, o “lixão da Estrutural”, localizado no DF, e um novo aterro sanitário foi feito na cidade de Samambaia (DF) o qual está relacionado com as usinas de reciclagem, onde atuam as associações e cooperativas. Este artigo pretende analisar como

essas catadoras, elo tão importante da rede da coleta seletiva, vivenciaram a pandemia da COVID-19.

No início da proliferação do adoecimento causado pelo novo coronavírus no DF, em março de 2020, o governo local optou pelo fechamento das usinas de reciclagem e a suspensão de todas as atividades da coleta seletiva, exceto a coleta convencional. Posteriormente, em meados de maio de 2020, decidiu-se pelo retorno e reabertura dos espaços de trabalho. Acompanhamos e apresentamos aqui as implicações da pandemia nas vidas das catadoras da CATAGUAR, em sua atuação na UTMB - Ceilândia dentro de uma usina de reciclagem, o último local a retornar ao trabalho em relação a outras etapas da coleta. As usinas de reciclagem, onde acontece a separação de todo o material que vem das residências, são locais fechados, sem ventilação, e conseqüentemente um ambiente propenso para o contágio. Essas mulheres vivenciaram mais de cento e vinte dias de suspensão de suas atividades laborais sem uma agenda de Estado efetiva que incluísse ações de fomento à renda. Quando do retorno das atividades, passaram a se submeter ao trabalho, sendo responsabilizadas pela prevenção do contágio com o novo coronavírus (Severe Acute Respiratory Syndrome – Related Coronavirus 2 - SARS-CoV-2). Sagot (2020) reflete que os primeiros infectados foram pessoas dos setores privilegiados, com a possibilidade de viajar e tirar férias em outros países, a disseminação subsequente do vírus atingiu aqueles de sempre: os velhos e os fracos, os negros e latinos, indígenas e trabalhadores dos setores mais explorados, agora transformados em “trabalhadores essenciais”.

Segundo Dias *et al* (2020), a reciclagem dos resíduos sólidos pode ser uma alternativa para estratégias de sustentabilidade nas cidades, de proteção ao meio ambiente, de inclusão produtiva e de governança participativa, seguindo a Política Nacional de

Resíduos Sólidos (PNRS). Todavia em época da COVID-19, a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) nas grandes cidades encontrou-se fragilizada, e vários países criaram iniciativas específicas para lidar com as dificuldades (ARAÚJO; SILVA, 2020). Ainda de acordo com essas autoras (op.cit), alguns países, por exemplo, tornaram responsabilidade da população o armazenamento dos resíduos gerados, bem como pela quantidade de resíduos acumulados e pela qualidade do material para fazer esse armazenamento com o intuito de evitar contaminação. No caso do Brasil, não houve uma recomendação ou coordenação única governamental no âmbito da União para essa política, o que levou cada região ou ente federativo a apresentar determinada diretriz na lida com a gestão dos RSU no momento da pandemia.

De acordo com Aquino *et al* (2020), a rápida proliferação do SARS-CoV-2 provocou um número elevado de mortes e conseqüentemente o esgotamento dos recursos dos sistemas de saúde no Brasil. Seguimos o argumento cunhado pelos estudos antropológicos que questionam a ideia de que o novo coronavírus alcança todas as pessoas da mesma maneira. Seguindo estudos como os de Dias e Guimarães (2020), questionamos a ideia de que o novo coronavírus alcance todas as pessoas da mesma maneira. Observamos que o vírus não atingiu indiscriminadamente todos os grupos sociais, mas afetou e matou mais aquelas que não possuem suporte econômico e trabalhista. Portanto, grupos sociais mais vulnerabilizados, como é o caso das mulheres catadoras de materiais recicláveis, se viram mais afetadas pela pandemia, sem sua fonte de renda ou qualquer apoio do Estado. O fazer etnográfico nos permite pôr uma lente sobre essa realidade e indagar preceitos universalistas que vigoram em situações de adoecimento.

Contudo, o grupo social das catadoras de materiais recicláveis, antes mesmo da pandemia da COVID-19, já enfrentava

uma vida marcada pelas melindrosas condições de trabalho, pelos riscos constantes de contaminação e adoecimento no ambiente da Associação, pela ausência de direitos trabalhistas, pelas violências cotidianas de gênero e estatal, pelos preconceitos e estigmas enraizados na ocupação e pelas barreiras de acesso aos serviços de saúde. Essa vida se torna mais complexa nos contextos das periferias urbanas devido os fenômenos da precarização da vida e do trabalho e ineficiência das políticas de proteção sociais como: habitação, saúde, educação, trabalhistas, segurança alimentar e auxílio creches (VASCONCELOS *et al*, 2020; VASCONCELOS *et al*, 2018). Inseridas nesse contexto, essas mulheres constroem estratégias de resistência coletivas, como as redes de solidariedade e o protagonismo comunitário.

Para Leandro (2011), os processos históricos de industrialização, as formas de exploração da classe operária e os fenômenos de segregação urbana exacerbam as disparidades em matéria de saúde, conduzindo a profundas desigualdades perante a morte e o adoecimento. Da mesma maneira, o processo de urbanização e o êxodo rural fizeram com que se constituíssem territórios periféricos denominados de “favelas e periferias urbanas” nas grandes cidades, locais onde vivem e trabalham as catadoras. Refletindo ainda com a mesma autora, o transcurso das desigualdades em saúde segue desde o século XIX até tempos atuais, especialmente neste momento pandêmico. Desse modo, devemos compreender que os marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe estão intrinsecamente ligados à saúde, pois a pandemia, afetou e impactou sobretudo a classe mais pobre, que é também negra e parda. Como produtor dessa desigualdade, por meio da não efetivação de políticas, de condições adequadas de serviços de saúde, trabalho, transporte, lazer e alimentação, o Estado se acopla ao vírus e promove a morte.



Em conformidade com toda a problemática apresentada, justifica-se a necessidade de revelarmos como as catadoras inseridas às margens da sociedade capitalista e do trabalho precarizado estão vivenciando e (re)existindo aos dilemas da COVID-19 frente ao crescimento exponencial dos casos de contaminação e o número de óbitos provocados pelo novo coronavírus no Brasil. Por essa razão, retratamos neste artigo o drama e a luta delas para sobreviverem diante de um contexto tão conturbado, tendo constantemente suas vidas ameaçadas e, agora, agravada pela proliferação da COVID-19 no território onde vivem e trabalham.

## **2. Território da Ceilândia e a pandemia da COVID-19**

O território da Associação das catadoras é o da cidade de Ceilândia/DF, localizada a uma distância aproximada de 26 km do centro de Brasília, do centro político do Brasil. Atualmente, a cidade conta, segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, de 2018, com 432.927 habitantes, distribuídos pelos territórios do Pôr do Sol, Sol Nascente e a Ceilândia Tradicional, sendo considerada a Região Administrativa mais populosa do DF. Constituída em sua maioria por pessoas de origem do Nordeste e Norte do país, conta com 65% da sua população de pessoas negras e pardas. Como um território de periferia marcado pela segregação social, a cidade apresenta os seus dilemas e lutas históricas em prol da melhoria das condições de moradia, saneamento, acesso aos serviços de saúde, lazer, iluminação e segurança na cidade.

De acordo com Boletim Epidemiológico nº 254 da Secretaria de Saúde do DF, de 11 de novembro de 2020, Ceilândia foi uma das regiões com maior concentração de vítimas da COVID-19, acumulando um total de 26.632 diagnósticos e com um número de 689 óbitos decorrentes do contágio do SARS-CoV-2. A taxa de incidência de contágio foi de 6.000,58 por 100 mil habitantes

ficando localizada na décima quarta posição de um total de trinta e uma regiões administrativas do DF. Quanto à taxa de mortalidade, a cidade ocupou o quinto lugar (155,20), ficando atrás somente das regiões de Sobradinho 1 (220,60), Taguatinga (187,80), Núcleo Bandeirante (158,20) e Gama (155,90). Destacamos que, quando analisada a taxa de incidência de contágio, as cidades do DF com maior infraestrutura e nível socioeconômico mais elevado têm predominância, como Lago Sul (9.498,68) que ocupou a segunda posição, Plano Piloto (7.700,06) a sexta e Sudoeste/Octogonal (7.217,05) a nona. Pode-se inferir que essa parcela privilegiada da população tem condições mais favoráveis ao acesso aos serviços de saúde e, conseqüentemente, ao diagnóstico. Em contrapartida, ao analisarmos a taxa de mortalidade, as regiões com bairros de nível socioeconômico menor, como apresentado acima, ocuparam as primeiras colocações.

Segundo informações do Boletim nº 30 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN de 2020, em relação à letalidade – que se refere à capacidade da doença causada pelo novo coronavírus em provocar mortes -, as regiões mais afetadas foram o Sol Nascente e Pôr do Sol (4,00% dos infectados vieram a óbito), seguida por Ceilândia Tradicional, que ocupou a 2ª posição (2,51%) e Santa Maria (2,49%). Esses dados confirmam que a pandemia da COVID-19 vem atingindo, sobretudo as periferias urbanas das grandes cidades onde vivem as populações socialmente vulneráveis. Esses territórios padecem de mais recursos, infraestrutura e políticas sociais.

A região da Ceilândia não contou com uma testagem expressiva da população e apresenta uma rede precária de serviços de saúde local o que dificulta o rastreamento dos casos sintomáticos e assintomáticos. Com essa subnotificação<sup>5</sup>, acreditamos que os números da COVID-19 podem ser muito maiores nos territórios

vulneráveis, comparando-se com o que consta nos boletins. Além disso, segundo o Boletim nº 30 da CODEPLAN, de março a novembro de 2020, observou-se uma maior predominância da população negra entre os hospitalizados em ambas as redes (pública e privada). Com essa informação do registro sobre raça, percebemos a vulnerabilidade desses sujeitos historicamente atingidos por ações violentas por parte dos poderes públicos e que, no contexto da pandemia da COVID-19, mais uma vez vivem a ausência estratégica das políticas públicas de proteção social e saúde.

Neste momento da pandemia da COVID-19, os laços entre o/as pesquisador/as e as catadoras se estreitaram. Atuamos especialmente apoiando suas famílias na construção de uma rede de solidariedade, fomentando doações de cestas básicas às mesmas neste momento extremo. As questões levantadas aqui vieram do contexto da vida laboral e cotidiana dessas mulheres. Acompanhamos de perto, mesmo pela distância física oportuna para o momento, através das tecnologias digitais e às vezes por meio das conversas informais que mantínhamos com elas para apoiá-las nas distribuições de cestas básicas, as implicações enfrentadas por essas catadoras durante o momento de proliferação do SARS-CoV-2 no território.

As temáticas norteadoras as quais orientaram este artigo vieram das catadoras e estão relacionados com: os entendimentos e as vivências sobre a pandemia; a acentuação de situações já extremas que viviam; os significados referentes ao papel do Estado e dos encaminhamentos dos serviços de saúde prestados neste momento; e a organização e articulação para sobreviverem nesse período de catástrofe sanitária.

Em relação às considerações éticas, os nomes das participantes e de seus familiares citados nos relatos foram

retirados para protegê-las. Algumas notícias sobre a Associação e possibilidades de colaborar com elas são possíveis de serem acionadas no Instagram e Facebook do Laboratório Matula.

### **3. Perspectivas das catadoras**

Os enquadramentos sobre os adoecimentos e as mortes na pandemia da COVID-19 dependem dos contextos dos grupos sociais e, muitas vezes, divergem das análises biomédicas. Essa concepção apoia-se nos pressupostos de Laurell (1982), a partir dos quais a natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo de adoecer e morrer nos grupos humanos, mostrando as dimensões sociais e econômicas no processo saúde-adoecimento. Questões sobre como se prevenir, como se curar, como se dá o contágio, variam a depender das circunstâncias da vida.

Segundo Kleinman, Das e Lock (1996), os comprometimentos a um tipo particular de modernidade (tecnológica, social e institucional) constroem dilemas morais e as práticas de ver a experiência social como “natural” e “normal”, obscurem o jogo de poder na vida social. Existem diferentes encadeamentos para a vida cotidiana na pandemia. Tais encadeamentos são complexos, contraditórios e marcados pelas desigualdades na saúde e opressões historicamente vivenciadas pelas catadoras. Nesse cenário, há implicações políticas e sociais, acarretadas pelas desordens de uma situação pandêmica. De acordo com Kleinman, Das e Lock (1996), soma-se ao processo de adoecimento o sofrimento social, as ações de poderes políticos, econômicos e institucionais sobre as pessoas e as respostas a problemas sociais advindas dos grupos sociais. É na vida cotidiana das pessoas, nas instituições e organizações do Estado que a perpassa, que o novo coronavírus tem capacidade

de provocar mudanças ou amplificar opressões. Nesses espaços e territórios que constituem as “periferias”, acontece o jogo social das contradições.

O cenário de pandemia da COVID-19 e as medidas para enfrentamento ao SARS-CoV-2 embasado exclusivamente no paradigma biomédico destoam da realidade vivida pelos grupos vulnerabilizados. A maioria das práticas em saúde está sendo constituída e voltada para o comportamento individual (higienização das mãos com álcool em gel ou sabão; uso da máscara e o distanciamento social). Dificulta o enfrentamento da pandemia a forma como a centralidade do processo está sendo baseada na produção das medidas especialmente focadas no corpo biológico, no estado da doença e no saber técnico biomédico. A biomedicina busca construir protocolos clínicos padronizados por ser uma doença nova, para produção de medidas de proteção significativa.

No caso do Brasil, esse cenário se complexifica, fato de que nem mesmo esses protocolos se efetivam, pois o governo federal se voltou para a busca pela “imunidade de rebanho” ao disseminar o novo coronavírus. Segundo a pesquisa feita pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, após análise de 3.049 normas federais produzidas em 2020, o governo federal executou uma estratégia institucional de propagação da pandemia. Esses caminhos trilhados refletem nos serviços de saúde, em respostas à pandemia e outros adoecimentos e na promoção da saúde. Somado a isso, há o olhar religioso, das igrejas neopentecostais, que prometem a proteção dos seus crentes exclusivamente através da fé. Esses elementos em conjunto conformaram uma explosão de casos e mortes por COVID-19 no Brasil.

Sem conseguirem chegar aos grupos sociais, por meio dos

serviços de atenção básica, as únicas informações voltadas aos cuidados necessários contra o novo coronavírus que as catadoras tiveram acesso são oriundas das emissoras de televisão, das redes sociais e das igrejas neopentecostais. Informações essas por vezes enviesadas. Soma-se a esse cenário o movimento negacionista sobre a COVID-19 que ganhou espaço nas redes sociais, sobretudo nos discursos dos agentes públicos como o atual presidente da república, que criticou as medidas sanitárias para controle da contaminação. No caso das periferias urbanas, essas se viram mais fragilizadas, pois estrategicamente foram locais onde agentes públicos negacionistas se sentiram livres para não cumprirem decretos que exigem, por exemplo, o uso obrigatório de máscara. A cidade de Ceilândia foi um dos locais mais visitados pelo presidente Jair Bolsonaro no DF, onde, em suas visitas, provocou aglomeração, disseminou informações falsas, não usou máscara e fez pouco caso do impacto da pandemia<sup>6</sup>. Esse cenário acabou provocando a elevada quantidade de mortes e contaminações por COVID-19 na cidade da Ceilândia.

Os grupos sociais nas periferias do DF não encontraram proteção significativa à saúde, em razão das medidas sanitárias tomadas ou olhares dos gestores sobre a pandemia da COVID-19. A vida no território de Ceilândia não é individualizada, mas familiar, uma vez que várias famílias vivem em um mesmo lote, ou seja, várias famílias residem em um mesmo lote, tendo um mesmo endereço residencial código postal. Essa forma de ocuparem o território, que é a forma como as famílias das catadoras vivem, foi um impedimento para terem o auxílio emergencial do GDF, por exemplo, o qual estava disponibilizando o auxílio para uma única família por endereço ou CEP (código postal). Além disso, muitas dessas mulheres não conseguiram acessar o recurso, pois não conseguiram realizar o cadastro devido à baixa qualidade

dos sistemas governamentais, ao acesso limitado à internet e às várias dúvidas para manusear a plataforma, além da falta de esclarecimentos sobre seu enquadramento nos requisitos exigidos.

Conforme explica uma dessas catadoras:

As cooperativas da Central da Central da CENTCOOP todas ficou faltando 15, 20 e 22 pessoas (famílias) na lista, porque eles (governo) falam que não pode passar dois benefícios para uma casa, têm muitos que moram na casa do fundo, cada um tem seus filhos precisa dar comida e a situação tá muito delicada. Eu tiro por mim, eu nunca recebi benefício nenhum do dia que entrou esse tal de coronavírus.

Outra catadora explica sobre as dificuldades do recebimento do auxílio prometido pelo GDF:

Então é isso, ele (GDF) tá passando um benefício de 408 reais, se numa Associação cooperativa tiver 30, o auxílio vem para 10, se tiver 50, o auxílio vem para 15. Então, tá a situação muito delicada para gente, mais faltou 16, quando foi hoje veio para 4, ainda tava errado vai ter que ir lá amanhã de novo. Então, para você ver o governo tá é brincando com a cara das pessoas.

As catadoras afirmam que não receberam nenhum tipo de ação efetiva do governo do DF para prevenir o contágio do vírus, neste período da pandemia da COVID-19-. O GDF prometeu um auxílio financeiro quando paralisou as atividades da coleta seletiva no DF, denominado de “auxílio calamidade” composto por três parcelas no valor de R\$ 408,00. Entretanto, as catadoras de

materiais recicláveis revelaram as dificuldades para o recebimento dessa assistência, além de terem se deparado com barreiras para obterem o auxílio emergencial do Governo Federal. Elas relataram que as datas de recebimento não eram cumpridas: “Parecia que nunca ia chegar o dia de receber, não havia resposta do governo”.

As dificuldades eram várias e as barreiras eram muitas para recebimento dos auxílios financeiros. Outro fato relatado era a dificuldade em lidar com o sistema de acesso, isto é, em manusear o sistema e, também, com falta de informação apropriada no sistema. Assim, em alguns casos, o pedido do auxílio constava no sistema como “em análise”, sem informar os problemas identificados, contra os quais poderiam recorrer, o que levou muitas a não receberem o auxílio emergencial. Como explica a catadora: *“Esse negócio do governo, aí mesmo, muitas pessoas estão recebendo, mas outras não, tem outras que continua em análise, quando a gente vai abaixar esse tal de aplicativo aí, tá em análises, outra hora disse que não tem benefício e eu sei que é a situação, tá delicada”*.

Outra catadora explica:

Receberam a metade dos cooperado nossos recebeu, ficou faltando 16 pessoas, desses 16 só receberam 4, né a gente reclamando, no pé, liberaram quatro pessoas somente E os restante aí, então a gente tá correndo atrás de si só, que tem cooperativas que de 80 famílias só receberam 30, em outras só receberam 10. Teve uma cooperativa que tem 30 só recebeu se eu não me engano bem só 4 de 30 pessoas! Então tá uma bagunça danada.

Por esse território onde vivem as catadoras, as portas das



casas não estão fechadas e as familiares nucleares não se isolam, mas se expandem por redes que vinculam avós, avôs, tias, tios, sobrinhos, sobrinhos, netos, netas, vizinhas e vizinhos. Em alguns locais não há água encanada, assim, é impossível ter sabão ou álcool em gel. Também, sofreram com a insegurança alimentar, em algumas famílias não havia comida para as três refeições do dia, o que fragilizou a saúde de todas, especialmente, das crianças. Ao mesmo tempo, as pequenas igrejas neopentecostais que se proliferaram nesse território exigiram a presença dos seus fiéis em seus cultos, afirmando a força da crença na contenção do contágio do SARS-CoV-2. E aqui enfatizamos a urgência em estabelecer diálogo com essas instituições religiosas e em responsabilizá-los pelo cuidado dos frequentadores de suas igrejas e em repensar o isolamento e distanciamento social em um território fluido por onde famílias e vizinhas circulam.

Por outro lado, a gestão na saúde não fortaleceu os serviços de saúde da atenção básica<sup>7</sup>, os quais são os que mais se aproximam dos grupos sociais. Com a política de produzir a “imunidade de rebanho”<sup>8</sup>, o governo federal acabou por focar na média e alta complexidade, nos hospitais como centro de contenção da pandemia da COVID-19, o que fez com que hospitais, equipamentos e insumos médicos de alta complexidade se mostrassem como instrumentos insuficientes de contenção da pandemia. Em contrapartida, a rede de Atenção Básica à Saúde, que estão voltadas para a compreensão das dificuldades cotidianas dos diferentes grupos sociais, não se mostrou efetiva, uma vez que as ações educativas voltadas à prevenção e promoção da saúde não chegaram às periferias urbanas e aos territórios como deveriam. Assim, notamos as disparidades entre as medidas adotadas e o contexto vivido pelas catadoras de materiais recicláveis. Não aconteceram a testagem em “massa”, o monitoramento dos casos

nos territórios, políticas sociais de fomento à renda digna, e o investimento na atenção básica e estratégia de saúde da família para superação da catástrofe sanitária.

Nesse sentido, percebemos que a maneira de lidar com as medidas de proteção do SARS-CoV-2 não é a mesma para todos, assim como o suporte social para o cuidado na pandemia da COVID-19 são marcados pelas desigualdades, desinformação e inércia do próprio Estado. Emanuelle Goes (2020) tece a seguinte crítica, *“é normal 100 mil pessoas morrerem e a maioria ser pobre, negra, do Nordeste, da periferia, do Norte, indígena - essas populações sempre estiveram à margem”*. Como explica uma das catadoras: *“(...) nessa tal de pandemia aí não fica pensando que prejudica é os ricos não, o rico tem onde ir buscar, prejudica é as pessoas de baixa renda nós, nos prejudica”*.

Em consonância com isso, tratamos do conceito de vulnerabilidade social refletido por Carmo e Guizardi (2018), onde a vulnerabilidade representa as múltiplas determinações que incidem sobre os contextos de cidadãos que vivenciam frágil ou nulo acesso a direitos. Tal conceito reflete a necessária diferenciação dos grupos de riscos para a COVID-19 (idosos e portadores de doenças crônicas) e as populações em situação de vulnerabilidade, entre as quais, na maioria das vezes, as medidas de proteção ao vírus (isolamento e distanciamento social, higienização das mãos com álcool em gel ou sabão, uso de máscaras) não produzem sentido, diante das condições sociais, econômicas, ambientais e trabalhistas que se encontram.

A realidade de vida dessa classe trabalhadora é marcada pela violência e ausência estratégica do Estado, além das péssimas condições no ambiente de trabalho e os riscos inerentes à ocupação, antes mesmo da pandemia da COVID-19 (VASCONCELOS *et al*, 2020b). Como demonstra a preocupação de uma das catadoras:

*“Até falei lá no grupo ontem sobre essa questão, do pessoal não ficar confiando nesse dinheiro (auxílio emergencial) não, né?! Porque aí é tanta humilhação que a gente passa”.*

O SARS-CoV-2 chegou ao Brasil em fevereiro de 2020. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. E no mesmo mês, em março de 2020, as atividades da coleta seletiva foram suspensas no DF devido à proliferação do novo coronavírus pelo Decreto de nº 40.548, de 20 de março de 2020. As catadoras de materiais recicláveis, os elos mais frágeis no ciclo da reciclagem, sentiram os efeitos dessa medida, pois as duas usinas de reciclagem (Ceilândia e Asa Sul) foram fechadas. Sua única fonte de renda foi suprimida e as desigualdades sociais que vivenciavam cotidianamente se intensificaram. Como vimos anteriormente, elas tiveram muita dificuldade para conseguirem o auxílio emergencial disponibilizado pelos governos distrital e federal.

#### **4. As condições de trabalho das catadoras e os riscos à saúde**

As condições de trabalho marcadas pela exposição constante aos riscos químicos, biológicos, físicos, ergonômicos e emocionais, além dos acidentes, caracterizam a insalubridade da ocupação, o que acabam provocando riscos cotidianos à saúde. As dores crônicas musculoesquelética nas costas foram uma predisposição prevalente no cotidiano do trabalho dessas trabalhadoras, afetando de maneira mais significativa (68,04%) as mulheres catadoras (BONINI-ROCHA *et al*, 2021). Marques *et al* (2020), averiguou que as mulheres catadoras tinham os piores resultados relacionados às condições de saúde, quando comparadas aos homens catadores: hipertensão (26,03%), bronquite (16,04%), diarreia (28,03%) e

vermes (16,00%). Cruvinel *et al* (2019), identificaram doenças transmitidas pela qualidade da água consumida, onde as mulheres também corriam maior risco do que os homens. Segundo Zolnikov *et al* (2021), as catadoras informais podem apresentar níveis mais elevados de doenças crônicas (hipertensão, dor crônica, doença respiratória, diabetes e problemas renais).

Contraditoriamente, mesmo com o mal-estar e os sintomas provocados pelo contexto do trabalho da catação, na vida cotidiana elas não podem parar o trabalho diante da urgência de terem alguma renda para sobrevivência familiar, recebem salário por produção e têm que atingir as metas estabelecidas nos contratos. Portanto, adoecer em razão da COVID-19, de outra doença, ou serem acometidas por qualquer outro sofrimento não as impede de irem trabalhar, pois um dia sem trabalho é um dia sem recurso. Boaventura de Sousa Santos (2020) alerta para o momento vivido durante a pandemia da COVID-19, como o nosso contemporâneo, não pela simultaneidade, mas pelo fato da doença agudizar as contradições do nosso tempo. Como dito por uma catadora: *“A gente, precisamos trabalhar e é com urgência porque nós, toda vida, trabalhamos com máscara, todos os EPIs e é nós sabemos que nós trabalha no local insalubre, que o lixo já vem dizer lixo, só que nós toda vida tomamos cuidado”*.

Desse modo, as catadoras reclamaram por não terem tido um diálogo próximo com as instâncias governamentais responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos, relatando que simplesmente receberam a ordem para fecharem o local de trabalho retornarem para suas casas, o que as levou a terem que buscar, constantemente, informações das autoridades. Esse processo foi totalmente verticalizado, marcado pela falta de diálogo.

Como nos relata uma catadora:

Pessoal lá da SEDEST, a mulher encarregada que tá lá na frente, lá para tá atendendo essa questão dos 408, lá os catadores né, ela não quer saber dos catadores. Na verdade, né, ela não trata bem quem chega lá para conversar, ela não trata bem, entendeu tudo ela, ela inventa um motivo para discussão, ela fala que não vai falar diretamente com o catador que ela quer falar com representante da Central para esse representante da Central passar para gente entendeu. Tipo assim é muito humilhação sabe, né? Ontem mesmo, ele estava lá, ela chamou a polícia, chamou a polícia! Entendeu? Para botar o povo para correr, só que graças a Deus, a polícia foi só que não se meteu, né ficou distante, só olhando, né? Esperando né porque na verdade lá foi, tava Pacífico, né? Não tinha xingamentos, nem nada, né? Tava somente lá a mulher que tá na frente lá, tava com o microfone porque eles queriam falar diretamente com ela, né? Com essa mulher mandando ela descer, desce fulana, a gente quer falar com você, nos dá uma resposta não sei o que, nos dá uma data previsto tal, e nada dela descer. Ela falou que não ia descer, que não ia falar com ninguém, mandou uma secretária, mas não desceu, tipo ela faz poucos e poucos da cara do catador.

Por conseguinte, elas foram atingidas pelo drama e dilema de não terem mais sua única fonte de renda e não terem caminhos para o diálogo. Ainda, havia o risco de terem a existência da atividade laboral questionada, pois surgiu a possibilidade de incineração dos materiais recicláveis. Essa ação poderia surgir como uma alternativa ao trabalho delas e se estabelecer como nova política de tratamento dos resíduos. Como nos diz uma catadora:

“o governo disse que tá querendo é incinerar o reciclável”. Essa proposta as deixou preocupadas.

Mesmo sendo trabalhadoras que possuem contrato firmado com o GDF, os elos trabalhistas são frágeis, o que as levou a se articularem entre a categoria para reivindicar os seus direitos. Voltaram mais intensamente para o coletivo e se ajudaram mutuamente. Estavam preocupadas com seus filhos, com a falta de alimento, de dinheiro para o pagamento das dívidas e dos aluguéis.

As mulheres catadoras pertencem às camadas populares de periferia urbana, onde marcas das desigualdades sociais anteriores à COVID-19 estão arraigadas nas suas histórias de vida, fazem parte de suas trajetórias: a precarização da vida e os processos de opressões do trabalho informal, o racismo estrutural, a expropriação e a falta de proteção social do Estado, especialmente o direito à saúde pública. Para elas a COVID-19 constitui-se como apenas mais uma barreira a ser superada diante de toda a expropriação provocada ao longo da vida, o que as levou a resistir e denunciar, à sociedade como um todo, mais essa violação. Assim, uma dessas catadoras afirma: “Depois de uma crise dessa porque não é a primeira vez que as portas da usina fecha, né? E aí ficar desse jeito, mendigando dinheiro de governo, que o governo está dando dinheiro nem para quem é catador, valeu os catador”.

Os relatos das catadoras nos levam a concordar com Achille Mbembe (2018) quando ressalta que a escolha sobre quem deve morrer e quem deve viver já foi feita, antes mesmo do surgimento do novo coronavírus. Por essa razão, as camadas populares seguem violentadas diante da necropolítica, fruto da ação do próprio Estado, em virtude de sua inoperância diante de determinados coletivos, julgadas como “mortos-vivos”, passíveis de terem a má sorte de morrer ou serem mortos. Como dito por uma catadora:

Ele fica prolongando, o governo, ficar prolongando, era para o dia primeiro, era para o dia três, agora, já é para o dia treze. Eu não sei mais quando ele tem que ver gente nós toda vida trabalhamos com o lixo, lixo já se fala lixo, nosso trabalho é insalubre, mas nós temos que se equipar e trabalhando. Porque eu te falo uma coisa bem aqui, se as pessoas não morrer do coronavírus vai morrer de fome, porque eu digo na minha porta, é todo dia, é um monte de gente pedindo um quilo de feijão, pedindo um pacote de arroz e a cestinha que a gente ganha, a gente pra te falar a verdade tem que sair dividindo porque ninguém vai ver ninguém passando necessidade e a situação tá delicada em todas as cooperativa.

Destacamos, que as catadoras vivem a submissão das mazelas sociais colocadas pelo modelo de lógica da sociedade capitalista e o atendimento dos anseios do mercado em detrimento da vida, ressaltando a expropriação da classe trabalhadora nos termos de Fontes (2010), onde a pandemia da COVID-19 escancarou ainda mais as contradições desses fenômenos sociais. Ainda seguindo o argumento da autora (FONTES, 2010), a expropriação é a condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital em todas as atividades da vida humana. Percebemos que a dualidade protagonizada pelo governo federal e distrital entre a preservação da economia ou da saúde da população, surge latente nos relatos das catadoras. As narrativas dos governos fazem com que de forma avassaladora mais pessoas se contaminem e, conseqüentemente, morram. Essa situação torna-se mais problemática por estarmos em um cenário onde os governos (federal e distrital) deslegitimam a vida em

favorecimento do campo econômico e torna pessoas e grupos sociais, como o das catadoras, reféns da situação de fome, dos riscos de perderem sua autonomia e seu poder de decisão. Para elas, o caminho a seguir foi manter o trabalho em uma situação de risco, ampliado, no caso delas, por terem pouco acesso aos serviços de saúde. O relato de uma catadora revela esse dilema entre ter o que comer ou não se contaminar com o vírus: *“Eu sei que e a situação não é boa não de jeito nenhum, então o que a gente quer é que o governo simplesmente, a gente se equipar tá me entendendo melhor, e nós continuar trabalhando porque a gente trabalhando já passou sufoco, imagine ninguém sem trabalhar”*. Outra catadora complementou: *“A gente, nesse caso, a gente fica de mãos atadas esperando por eles né, porque eles falou que ia pegar nossos documentos né, as fichas de cadastro de cada um, ia ver o valor do auxílio queria passar né”*. Essas demandas das catadoras não foram atendidas, ignorando a situação de vulnerabilidade em que se encontram e que poderia colocá-las entre os grupos de risco para iniciarem a vacinação. O aparato público não construiu uma agenda de Estado para superação das dificuldades e dilemas enfrentados pelas classes sociais mais vulnerabilizadas, por conseguinte, a ordem existente é a da violência estatal.

Nesse cenário da vida das catadoras, reiteramos as marcas das desigualdades na saúde e aqui apresentamos mais preocupações das catadoras: a falta do saneamento básico adequado; ausência de alimentos; os vínculos precários de trabalho causados pela informalidade; a necessidade latente de renda para sobrevivência; as condições precárias das moradias; a obrigação de pagamento do aluguel; as dificuldades de garantir a compra do gás de cozinha; a quantidade de pessoas na moradia; as dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Uma das catadoras relata:



Tem muita gente que tá passando muita necessidade, principalmente aqueles que moram de aluguel, porque quando mora de aluguel, se você não pode pagar no primeiro mês você vai ter que pagar tudo no segundo então fica delicado (...) o aperto mesmo é para quem mora de aluguel que o dinheiro não dá para pagar o aluguel, se pagar o aluguel, não come um pedaço de carne, não troca um bujão, não compra um remédio e tá desse jeito assim.

O resultado da inação do Estado em relação à proteção social da vida dessas mulheres se reflete nos longos meses em que ficaram sem nenhuma condição para manterem os seus lares. Como explica uma das lideranças da associação:

Eu estive no Palácio do Buriti duas vezes, vai fazer a três vezes, tô indo para o Palácio do Buriti, a bagunça lá tá feia (...) coloca o nome das cooperativas nas outras cooperativas, troca nome de cooperado, tá uma bagunça aí tive que fazer o nome de tudinho de novo, mandar a lista tudo de novo para Sedestmith e para ver se recebe a segunda parcela dos 408 porque a primeira parcela nem todos recebeu e agora já tá saindo a segunda parcela, se tem gente que nem da primeira recebeu entendeu tá essa bagunça todinha.

Dessa maneira, evidenciou-se que o acesso a ambos os auxílios financeiros foi repleto de dificuldades. Uma das catadoras explicou que:

O governador realmente lacrou as portas de tudo aí para o pessoal ficar de quarentena,

que tudo falou que ia ajudar o catador (...) a gente enviou cada cooperativa enviava, envia uma listagem com o nome CPF, RG, manda para o sedestmith, tava com um grupo (WhatsApp) para que a gente fala diretamente com o pessoal do GDF. Falou no grupo num dia, no outro dia já não tava mais no grupo, sumiram do grupo. Agora a gente tá lá, pela Central, está conversando diretamente com a moça chamada fulana e eu sei que todas as cooperativas que tá mandando uma listagem para lá eles manda faltando 14 faltando na nossa faltou 16 pessoas inclusive eu não recebi benefício.

Constatamos que o Estado foi ausente no período da pandemia da COVID-19 para as catadoras de materiais recicláveis, uma vez que políticas sociais eram essenciais para que elas continuassem seguindo as medidas de proteção e segurança contra o SARS-CoV-2. Ao contrário, ao invés de resguardar suas vidas, os governos (distrital e federal) não as protegeram mais uma vez com dignidade. Assim as catadoras se sentiram abandonadas pelo Estado, pelas indústrias de reciclagem e pelos atravessadores envolvidos no ciclo reverso da reciclagem (aqueles que compram os materiais advindos da reciclagem), evidenciando que diante desse ciclo, antes da pandemia e durante, elas foram e serão as mais vulneráveis.

A pandemia da COVID-19 foi e continua sendo um período de dificuldades para as catadoras de materiais recicláveis. Essas mulheres sentiram e sentem as disparidades referentes às medidas adotadas de proteção contra a doença causada pelo novo coronavírus. A realidade das periferias do DF é marcada pela ausência de diálogo com o poder público e a ausência de ação dos

serviços de atenção à saúde na divulgação de informações, ações de promoção da saúde e prevenção da COVID-19 nos territórios. Não ter o apoio financeiro, um direito garantido, para elas, se tornou fonte de humilhação e mendicância. Esse cenário fez com que as catadoras seguissem a lógica de retorno ao trabalho, justamente pelas dificuldades enfrentadas na pandemia, mas também pela influência de narrativas de autoridades públicas que minimizavam o poder de infecção e da letalidade do vírus. Como relata uma catadora:

O governador que realmente ele não está dando o suporte para os catadores (...) deram o prazo de 15 dias para pagar o auxílio 408 reais entendeu, aí pra falar a verdade, ninguém tá nem atrás de auxílio, eu não quero auxílio, nós queremos é trabalhar, aí, é isso tem umas cooperativas que já vai começar a trabalhar já dia 20, aí a gente tá querendo é o que é as usinas, é funcionar as usinas.

Os gestores, juntamente com setores econômicos, tensionaram a situação até o desfecho de retorno ao trabalho, sob risco iminente de contaminação pelo SARS-CoV-2. Um movimento crescente em defesa da incineração dos resíduos tomou forma e força nesse período, o que colocou em xeque a real relevância e existência do trabalho das catadoras para o meio ambiente. A desinformação estrategicamente produzida por parte desses agentes públicos e a culpabilização das pessoas pela fome ou pelas dificuldades que estavam passando não podiam ser regras na gestão pública.

Ao longo do tempo, acompanhando o contexto de vida, trabalho e saúde das catadoras de materiais recicláveis, percebemos

que a dicotomia entre trabalho e saúde é uma realidade constante na vida delas mesmo antes da pandemia da COVID-19. O contexto do trabalho em uma lógica capitalista força a escolha entre ter renda e o trabalho precarizado ao invés da proteção a suas vidas. Em situações anteriores à pandemia, as catadoras deram prioridade ao trabalho para sobreviverem, mesmo colocando suas vidas em risco (VASCONCELOS *et al*, 2020a; VASCONCELOS; GUIMARÃES e ZANETI, 2018). Ao mesmo tempo que os dados apresentados na segunda seção deste artigo mostram altos índices de mortalidade pelo COVID-19 entre os moradores na cidade de Ceilândia, essas mulheres mais uma vez se viram diante da escolha viver o risco do contágio do novo coronavírus e manter a sobrevivência.

O retorno ao trabalho aconteceu sem plano de retorno dialogado com essa categoria para sua proteção, e mais uma vez os corpos dessas mulheres foram colocados em perigo. Em junho de 2020, a coleta seletiva voltou a operar no DF, em algumas etapas pelo Decreto de nº 40.847, de 30 de maio de 2020. A associação que acompanhamos retornou ao trabalho em meados de agosto de 2020, depois de atender as exigências dos órgãos de fiscalização para o retorno, o qual demandou ações por parte delas, sem apoio dos órgãos do governo. Uma dessas catadoras explica como foi esse retorno:

A gente já organizamos o galpão por dentro, já lixamos as prensa, pintamos todos os maquinários, mandamos fazer uma reforma, que tava precisando os maquinários. Então aquelas pilastras lá dentro, foi pintado tudinho, reformamos o galpão por dentro, fizemos o todo tipo de limpeza, a documentação que o SLU mandou para gente, que a gente tem que ter o kit de limpeza, no caso é o Kit álcool. E todos mais tem que comprar um aparelho aí

que é para medir a temperatura das pessoas, os uniformes que a gente tem que trabalhar, tem que ser aqueles uniforme que parece roupa de astronauta, a máscara é daquelas que parece um PET na frente (..) tem umas normas, né, foi liberado para gente trabalhar, só que aqueles que são de alto risco, né, não pode trabalhar, que são acima de 60 anos, não pode né, quem é hipertenso, quem tem essas doenças crônicas, não podem. Eu creio que também vai ser cortado é a metade de nós, não vai poder trabalhar. Oquadro completo tem que ser da metade, não sei como a gente vai fazer essa divisão, então tudo isso eles quer saber como é que a gente vai fazer, né. Então ele quer por escrito em documento para mandar para eles para ver como é que vai fazer né.

Assim, a responsabilidade pelo retorno recaiu sobre as catadoras. Houve uma atuação de fiscalização da Vigilância Sanitária do DF nos locais de trabalho, o que até então antes da pandemia da COVID-19 não acontecia, mudanças foram exigidas para que pudessem voltar ao trabalho com um pouco mais de segurança, como ter um ambiente mais arejado para a refeição durante o horário do almoço e a preocupação centrada no uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e também os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

De acordo com uma das lideranças da associação:

as roupas a gente continua trabalhando com as mesmas porque é aquelas roupas que tampa de cima em baixo, não dá para gente porque dentro da Usina é muito calor e tem aquele que tem que instalar dentro da Usina, aquele negócio álcool gel, né, aí é um processo

também tenho que dividir o escritório, pessoa vai ter que tomar café lá em cima, não pode ninguém fazer nada lá embaixo (galpão).

Neste momento de adequação às normas, observamos que elas contaram mais com o apoio comunitário e entre associações da mesma categoria e catadoras para atendimento das exigências de retorno ao trabalho do que com fomentos governamentais. Como explica uma catadora: *“A gente estamos correndo atrás ai de parceria, a Funasa ficou de nos ajudar com os uniforme as máscaras e estamos correndo atrás ai já enviamos a documentação para SLU (...) ANCAT que nós temos parceria com a ANCAT projeto com a ANCAT também que também estamos ajudando e tá trabalhando de vento em polpa e se Deus quiser vai dar tudo certo”*.

Neste momento, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a Associação Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT) tiveram importante atuação na retomada do trabalho e o defendiam como essencial, desde que o retorno ocorresse com segurança a partir dos cuidados e protocolos de proteção ao SARS-CoV-2 para todos, com disponibilização dos EPI e toda higienização necessária. Além disso, sustentavam a ideia do recebimento de um pagamento justo pelos serviços prestados aos governos e à sociedade com o cuidado ao meio ambiente e a geração de trabalho e renda. Assim, a catadora relata:

Nós vamos trabalhar não é do jeito que nós trabalhava e de qualquer jeito realmente a gente vai precisar trabalhar, equipado, igual te falei com aqueles uniforme horrendo, as luvas não vai ser as mesmas (...) Cheguei, agora, de

lá debaixo, da lá no galpão, nós estamos indo devagar, mas estamos indo porque o nosso grupo foi obrigado, a nós somos obrigado a dividir em dois grupos para trabalhar: um dia sim, outro dia não. Material tem que ficar de quarentena e daqui que normalize isso aí.

A transferência da responsabilidade pela prevenção do contágio pelo SARS-CoV-2 se materializou na imposição às catadoras um termo de responsabilidade que deveriam assinar para retornarem ao trabalho. Duas dessas catadoras explicam:

A gente assinou-se um termo, né? De responsabilidade, um termo aí de, eh, concordância, que a gente concorda eh, com os termos que foi colocado aí pra associação pra gente tá voltando aos trabalhos.

Nós tivemos que assinar a documentação pra voltar a trabalhar normal, porque senão a responsabilidade a responsabilidade é nossa, entendeu? Porque nesse caso nós pediu pra nós trabalhar e foi quando ele simplesmente a gente assinou o termo de responsabilidade, como que nós ia trabalhar de acordo a vigilância sanitária, se adequasse a nós se adequar essa vigilância sanitária, nós tivemos que assinar, temos responsabilidade.

## **5. As estratégias coletivas de cuidado à saúde: autogestadas e comunitárias**

De acordo com uma matéria publicada no jornal Metrôpoles<sup>9</sup>, os representantes dos Ministérios Públicos do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), do Trabalho (MPT), de Contas (MPC-DF) e da Defensoria Pública do DF recomendaram de forma conjunta

a adoção de medidas sanitárias para o segmento das/os catadoras/es de materiais reciclados por parte do Estado. Entre essas estão a disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), a higienização dos ambientes e a capacitação dos profissionais para evitar contaminações. Além disso, ressaltaram a necessidade de oferta de amparo financeiro, justificado pelo fato de a categoria das catadoras viverem em situação de vulnerabilidade social e econômica e pela exposição no ambiente de trabalho a vários riscos ocupacionais.

Por sua vez, o documento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que trata das diretrizes e orientações técnicas e jurídicas para a coleta seletiva e triagem dos materiais durante a pandemia da COVID-19, apresenta os cuidados mínimos exigidos para o retorno ao trabalho. Esses são: fornecimento dos equipamentos individuais e coletivos adequados, assim como o uso correto destes; fornecimento de materiais de limpeza e de higiene pessoal; ações de assistência social; e levantamento juntos às cooperativas e associações de suas demandas (o que aponta para processos de tomadas de decisões participativos). Com relação à atenção à saúde das/os trabalhadoras/es da reciclagem, o documento direciona para a urgência da disponibilização de vacinas, de exames e de orientações com os cuidados pessoais, com execução de teste da COVID-19 periódicos de acordo com a disponibilidade, tendo em vista os constantes riscos biológicos e a exposição delas as condições de insalubridade da catação.

No entanto, no cotidiano observado, encontramos várias discrepâncias entre as orientações do CNMP e as medidas adotadas pelo GDF, como relatamos aqui.

Diante de toda essa situação complexa vivenciada, elas acionam formas e maneiras potentes de manterem suas famílias, pois contam com a solidariedade, a organização da classe



trabalhadora e o apoio mútuo. Ao longo de todo esse período pandêmico, seja no período de suspensão do trabalho, seja no retorno das atividades na Usina, essas mulheres acionaram redes de apoio. Assim contaram com ações de solidariedade no fomento à segurança alimentar com doação de cestas básicas e segurança no trabalho por meio de doação de equipamentos. Souberam potencializar a ação comunitária por meio de práticas autogestadas, da luta coletiva e do protagonismo comunitário.

Ao mesmo tempo que revelam esse protagonismo comunitário em resistir ao avanço das situações de vulnerabilidade de fome e do desemprego em suas vidas, na vida cotidiana, quando agenciam redes de solidariedade entre elas, entre suas redes familiares e de vizinhança para resistirem à fome da categoria e de outras famílias que vivem nesse território. Há um reconhecimento da vida coletiva e comunitária, marcada pela ajuda mútua para superação das implicações intensificadas pelo momento de crise sanitária. Como vimos em relatos anteriores, pessoas buscam alimento e elas não se negam a dividir.

Johnson, Saletti-Cuesta e Tumas (2020), ao refletirem sobre a população argentina, enfatizaram o lado positivo da pandemia. Esse configura-se pelos sentidos da solidariedade, consciência social, união e a empatia que emergiram, os quais podem ser valores que contribuem para sobrevivência de grupos sociais vulnerabilizados. Embora, a maioria desses sentidos já faça parte do dia a dia das catadoras, elas os vivenciam na potência da vida comunitária. Contraditoriamente, esses valores são desprezados pelo modelo de sociedade capitalista, o qual detém marcas da individualidade, competição e meritocracia. Mesmo inseridas na lógica de opressão do sistema econômico vigente, elas conseguem, a partir das suas experiências, contornarem e resistirem às dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19 e denunciarem

a violência estatal. Por fim, as práticas de solidariedade tiveram grande importância para amenizar os efeitos da pandemia da COVID-19 na vida dessas mulheres trabalhadoras em diferentes dimensões, uma vez que constituíram redes de solidariedade comunitárias nos territórios como práticas autogestadas, por onde fluíam alimentos, informações, materiais para conterem o contágio no trabalho. Desse modo, acabaram denunciando a inoperância de uma estratégia coordenada do Estado brasileiro para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.

## **6. Finalizando**

A pandemia da COVID-19 foi percebida pelas catadoras de materiais recicláveis como um momento muito delicado, mas já experienciado em outras versões e replicou ações de outros momentos que viveram. A mudança marcante foi a paralisação do seu ambiente de trabalho sem nenhum diálogo previamente estabelecido pelos órgãos e instituições governamentais responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos no DF e as ameaças de fim do trabalho com a incineração.

A paralisação da coleta seletiva e do trabalho nas associações e cooperativas foi marcada pela falta de diálogo e compartilhamento de informações. Essa medida provocou o fim da renda para subsistência, o sentimento de desamparo e o endividamento pelas contas não pagas de aluguéis de moradia, de energia elétrica, de água etc. Além disso, com a proliferação do SARS-CoV-2 no território candango, cresceu o número de possíveis resíduos e materiais contaminados como os lenços e as máscaras sujas, além das seringas com vestígios de sangue, pairando o medo de contrair o vírus, no mesmo instante em que os cuidados deveriam ser redobrados.

Mesmo diante dessas dificuldades pouco foi feito por parte

dos poderes públicos no apoio e proteção social às catadoras de materiais recicláveis no momento da pandemia da COVID-19. A renda básica emergencial do governo federal pouco ajudou as trabalhadoras, alguns governos dos entes federativos ofertaram auxílio financeiro especificamente para as catadoras de materiais recicláveis vinculadas às associações e cooperativas, mas que também não se mostraram acessíveis. Em face as dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19, paralelamente, as trabalhadoras tiveram que enfrentar pautas relacionadas à incineração dos resíduos e ao encerramento dos contratos com as instâncias públicas em algumas regiões do país<sup>7</sup>.

O momento pandêmico explicitou as contradições relacionadas à padronização das medidas de prevenção e promoção da saúde por parte dos gestores públicos e das autoridades sanitárias a toda população brasileira. Além disso, há uma falta da crítica ao modelo de sociedade capitalista diante da crise imposta pela pandemia da COVID-19 na vida dessas pessoas e grupos sociais vulneráveis.

Ao mesmo tempo, essas mulheres buscaram formas criativas para resistir aos impactos da pandemia, criaram redes de apoio por onde fluíram insumos e equipamentos de proteção no retorno ao trabalho, alimentos e ações políticas que permitiram ações do Ministério Público. Incansáveis, essas mulheres insistiram na construção de acordos para finalizar ameaças de fim ao trabalho delas. Tais experiências mostram um jogo social de capacidade criativa de resistir diante da realidade de violência estatal em suas vidas.

## **Notas**

<sup>1</sup> A primeira pessoa se refere ao primeiro autor do artigo, Joaquim Pedro Vasconcelos, o qual foi o primeiro a manter relações e

parcerias com as catadoras de materiais recicláveis na cidade da Ceilândia (DF), em seguida as demais autoras iniciaram suas inserções na pesquisa.

<sup>2</sup> A partir deste momento, estamos todos os três autores em campo.

<sup>3</sup> A Associação foi criada oficialmente em abril de 2004, em uma favela, chamada Vila Feliz localizada na quadra 38 do Guará 2 no DF. Mesmo antes do pertencimento oficial à Associação, muitas catadoras já trabalhavam com a reciclagem de forma autônoma catando materiais de forma individual em todo o território do DF, com carroças puxadas por animais, ou veículos de tração humana, denominados “carrinhos” próprios. A associação funcionou por aproximadamente dois a três anos no seu local de origem, quando ocorreu a retirada total da favela da região do Guará pelo governo, sendo as pessoas transferidas para a região da QNR em Ceilândia, assim também veio junto a Cataguar. Atualmente a Associação funciona na Usina do P. Sul em Ceilândia, há aproximadamente dezesseis anos nesse local. Uma de suas lutas históricas pela sede própria e a mais recente conquista foi sua constituição enquanto cooperativa.

<sup>4</sup> Para saber mais: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/11/4891464-distrito-federal-tem-11--dos-catadores-de-reciclaveis-do-pais.html>

<sup>5</sup> Subnotificação representa o ato de registrar o diagnóstico de determinada doença ou agravo menor do que seria esperado ou devido, ocasionado por baixa qualidade dos sistemas de vigilância em saúde.

<sup>6</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/24/sem-mascara-bolsonaro-gera-aglomeracao-em-vista-a-feira-de-ceilandia.htm>  
<https://www.poder360.com.br/governo/no-distrito-federal-bolsonaro-vai-a-mercado-aglomerado-de-pessoas/>  
[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/29/interna\\_cidadesdf,841066/jair-bolsonaro-visita-comercio-no-df-mesmo-apos-recomendacao-de-isolam.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/29/interna_cidadesdf,841066/jair-bolsonaro-visita-comercio-no-df-mesmo-apos-recomendacao-de-isolam.shtml)

<sup>7</sup> A Atenção Básica constitui-se de uma política de atendimentos à saúde, baseada na promoção da saúde e prevenção ao adoecimento, que ocorre nas Unidades Básicas de Saúde. Apresentam uma equipe que deve transitar pelo território de atuação da UBS com ações de promoção à saúde. Trata-se do local que mais se aproxima da comunidade e deve estabelecer vínculos com essa, acolher a população adscrita e agir sobre os problemas de saúde existentes no território.

<sup>8</sup> <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/05/bolsonaro-usou-amazonas-para-experiencias-de-imunidade-de-rebanho-e-cloroquina-diz-vice-governador/>

<sup>9</sup> Reportagem do Metrôpoles do dia 27 de setembro de 2020. MPs cobram medidas do GDF para proteção de catadores de material reciclável. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/mps-cobram-medidas-do-gdf-para-protECAo-de-catadores-de-material-reciclavEL>

## Referências Bibliográficas:

AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: Potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2423-46, 2020.

ARAÚJO, Elaine Cristina dos Santos; SILVA, Viviane Farias. A gestão de resíduos sólidos em época de pandemia do COVID-19. *Revista GeoGraphos*, v. 11, n. 129, p. 192-215, 2020.

BONINI-ROCHA, Ana Clara *et al.* Prevalence of musculoskeletal disorders and risk factors in recyclable material waste pickers from the dump of the structural city in Brasília, Brazil. *Waste Management*, v. 125, p. 98-102, 2021.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 2-14, 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Diretrizes técnicas e jurídicas para a coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis durante a pandemia de COVID-19*. 2020. Disponível em: < [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2020/maio/26-05\\_DIRETRIZES\\_COLETA\\_SELETIVA\\_E\\_COVID\\_FINAL\\_1.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2020/maio/26-05_DIRETRIZES_COLETA_SELETIVA_E_COVID_FINAL_1.pdf)>. Acesso: 26 nov. 2020.

CRUVINEL, Vanessa Resende Nogueira *et al.* Waterborne diseases in waste pickers of Estrutural, Brazil, the second largest open-air dumpsite in world. *Waste Management*, v. 99, p. 71-78, 2019.

DIAS, Bárbara do Nascimento; GUIMARÃES, Sílvia. Povos Indígenas no Brasil e a pandemia da COVID-19. In: DUARTE, Aldira Guimarães; AVILA, Carlos Dominguez. (Org.). *A COVID-19 no Brasil: ciência, inovação tecnológica e políticas públicas*. 1ed. Curitiba: CRV, p. 257-270, 2020.

DIAS, SÔNIA; ABUSSAFY, Ricardo; GONÇALVES, Juliana; MARTINS, João Pedro. Impactos da pandemia de COVID-19 sobre reciclagem inclusiva no Brasil. *WIEGO*, p. 1-28, 2020.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto N° 40.548, de 20 de março de 2020. Diário Oficial.* Disponível em: <[http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/03\\_Mar%C3%A7o/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf](http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2020/03_Mar%C3%A7o/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A/DODF%20034%2020-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf)>. Acesso: 26 nov. 2020.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto N° 40.847, de 30 de maio de 2020. Diário Oficial.* Disponível em: <[http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/bc9de9210ebe460aa23f31369f0da7ac/Decreto\\_40847\\_30\\_05\\_2020.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/bc9de9210ebe460aa23f31369f0da7ac/Decreto_40847_30_05_2020.html)>. Acesso: 26 nov. 2020.

FONTES, Virginia. Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo: 21 concentração de recursos sociais de produção e expropriações. In: FONTES, V. *O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história*. Rio de Janeiro, FIOCRUZEPSJV e UFRJ, p. 21-98, 2010.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da COVID-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1 – 7, 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. *Pesquisa distrital por amostra de domicílios - PDAD Ceilândia 2018*. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2020/06/Ceil%C3%A2ndia.pdf>>. Acesso: 12 nov. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. *Boletim COVID-19 n° 30*, 10 de novembro de 2020. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2020/04/Boletim\\_Codeplan\\_n30\\_10.11.20.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2020/04/Boletim_Codeplan_n30_10.11.20.pdf)>. Acesso: 12 nov. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado

da Saúde do Distrito Federal. *Boletim epidemiológico n° 254* Emergência de Saúde Pública COVID-19 no âmbito do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.saude.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID\\_DF\\_254.pdf](http://www.saude.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_254.pdf)>. Acesso: 12 nov. 2020.

JOHNSON, Maria Cecília; SALETTI-CUESTA, Lorena; TUMAS, Natalia. Emociones, preocupaciones y reflexiones frente a la pandemia del COVID-19 en Argentina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Supl.1), p. 2447-2456, 2020.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena.; LOCK, Margaret. Social Suffering. *Deadalus*, v. 125, n. 1, p. XI-XX, 1996.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latino americana de Salud*, México, n. 2, p. 7-25, 1982. Disponível em: <[https://unusus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/6126/mod\\_resource/content/1/Conteudo\\_on-line\\_2403/un01/pdf/Artigo\\_A\\_SAUDE-DOENCA.pdf](https://unusus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/6126/mod_resource/content/1/Conteudo_on-line_2403/un01/pdf/Artigo_A_SAUDE-DOENCA.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2020.

LEANDRO, Maria Engrácia. Teias da saúde: desigualdades de saúde, saúde das desigualdades. In: BRASIL. *Saúde e direitos humanos*. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Grupo Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman, v. 7, n. 7, p. 18 – 33, 2011.

MARQUES, Carla Pintas *et al.* Social vulnerabilities of female waste pickers in Brasília, Brazil. *Archives of Environmental & Occupational Health*, p. 1-9, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. n-1 edições, São Paulo (SP), 2018.

SAGOT, Montserrat. Muerte, control social y bienestar en tiempos de COVID-19. In: KASSIR, Alexandra *et al.* *Alerta global: políticas, movimientos sociales y futuros em disputa en tiempos de pandemia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO: Lima: ALAS, 1° ed., p. 107-114, 2020.



SANTOS, Boaventura de Sousa. *O coronavírus, nosso contemporâneo*. 2020. Sul 21. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/05/o-coronavirus-nosso-contemporaneo-por-boaventura-de-sousa-santos/>>. Acesso: 26 nov. 2020.

VASCONCELOS, Joaquim Pedro Ribeiro; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. Condições de trabalho e saúde de uma associação de catadores de materiais recicláveis de Ceilândia/Distrito Federal. *Jangwa Pana*, v. 19, n.3, p. 1-26, 2020.

VASCONCELOS, Joaquim Pedro Ribeiro; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa da literatura. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 187-197, 2018.

VASCONCELOS, Joaquim Pedro Ribeiro; NOBRE, Bruna Carvalho Barros Rosa; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. Agência, redes de cuidado e o cotidiano no trabalho de catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal. *Saúde & Transformação social*, Florianópolis, v.11, n.2, p. 98-109, 2020a.

VASCONCELOS, Joaquim Pedro Ribeiro; NOBRE, Bruna Carvalho Barros Rosa; ZANETI, Izabel Cristina; Bruno Bacellar; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. Catadoras de materiais recicláveis e o cuidado em saúde: subvertendo estruturas de desigualdade. *Política & Trabalho*, n. 52, p. 141-159, 2020b.

ZOLNIKOV, Tara Rava *et al.* A qualitative study on Noncommunicable Diseases in Waste Pickers in Brazil. *Journal of Health & Pollution*, Vol. 11, nº. 30, p. 1-10, 2021.